

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E APRENDIZAGEM: ESTUDOS SOBRE INCLUSÃO NO MUNICÍPIO DE IPOJUCA

Maria Rosemary de Brito¹
Edna Felix da Silva²
Geany Carla Barros Silva³
Kaltieli Gomes da Silva⁴

INTRODUÇÃO

Com base no conceito do tema, na visão de consagrados autores da atualidade: Almeida (2011), Vygotsky (1896-1934), Mazzotta (2005), Montoan (1997), Canguilhem (1965), entre outros grandes pensadores da educação, percebeu-se eles são contraditórios aos pensadores da antiguidade que defendiam a teoria de que, a inserção das pessoas com deficiência intelectual era considerada uma ameaça à sociedade, porém, a perspectiva de inclusão proporcionava ao indivíduo com deficiência intelectual, a possibilidade de aprender e tornar-se melhor através do trabalho em grupo no ambiente escolar, buscando melhor prepara-los para a vida adulta em uma sociedade.

Ao longo do artigo propõe-se uma reflexão sobre as dificuldades encontradas pelas pessoas com deficiência intelectual no que diz respeito aos processos de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Deficiência intelectual. Inclusão. Educação. Aprendizagem

METODOLOGIA

Este artigo compõe da dissertação de mestrado, é um subprojeto com propósito de compreender o processo de aprendizagem de crianças e adolescentes deficientes intelectuais. Para tal compreensão, fundamentou-se em análises bibliográficas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, dirigida à família, professores da educação especial e do ensino regular. Selecionou-se uma escola do município de Ipojuca que trabalha com alunos com deficiência intelectual comprovada. Usou-se um instrumento de investigação com questões abertas onde profissionais e familiares de crianças com Deficiência Intelectual responderam para entender como é realizada a inclusão destes alunos, conforme citaram Minayo e Deslandes (2002),

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú em 2011. Pós-graduada em Educação Especial pela Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE) 2012. Pós-graduada em Pesquisas Avançadas (ALPHA) 2019. Mestrando ciências da Educação (EAD-ATENAS) 2019. rosemary.educadora@gmail.com ;

² Graduada em Pedagogia, Universidade Estadual Vale do Acaraú em 2010. Pós-graduada em Psicopedagogia pela Faculdade Escritor Osmar Lins em 2011. Pós-graduada em Pesquisas Avançadas (ALPHA) 2019. Mestrando ciências da educação (EAD-ATENAS) 2019. Ednafelix021683@hotmail.com;

³ Graduada em Pedagogia na Faculdade da Escada-FAESC. Pós-graduada em recursos humanos pela Faculdade Joaquim Nabuco. Pós-graduada em Pesquisas Avançadas (ALPHA) 2019. Mestrando ciências da educação (EAD-ATENAS) 2019. Geanycarla@zipmail.com.br;

⁴ Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú em 2012. Pós-graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela FEPAM em 2014, Pós-graduada em Pesquisas Avançadas (ALPHA) 2019. Mestrando ciências da educação (EAD-ATENAS) 2019. Kaltieligomes1990@gmail.com;

buscar a compreensão ou explicação em profundidade dos valores, práticas, lógicas de ação, hábitos e atitudes, responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilha com seus semelhantes, que será realizada através de dados coletados em uma entrevista. “Pesquisa de campo”, realizada na Escola Santo Cristo, no município de Ipojuca, situado ao sul de Pernambuco.

PROBLEMÁTICA E JUSTIFICATIVA

Com o propósito de apresentar a temática de pessoas com deficiência intelectual no processo de desenvolvimento da aprendizagem, observou-se no contexto vivenciado nesse século XXI e constatou-se que Educação Especial é um grande avanço na sociedade brasileira, pois é o reconhecimento da cidadania e equidade, princípios dos direitos humanos, despontando com propostas educacionais inovadoras em prol das pessoas com deficiência intelectual e com novas abordagens e conceitos, tendo como consequência a reformulação cultura que conduz a integração na escola dos chamados excluídos.

Segundo Amaral (1986), a discriminação e a marginalização acarretam problemas também na autoestima e no próprio ajustamento social do deficiente intelectual. Os pressupostos metodológicos estão embasados na discussão e pesquisa de autores representantes da concepção histórico-cultural, mais especificamente Vygotsky (1896-1934), o qual defende a ideia de que a pessoa deficiente é diferente das pessoas consideradas normais, apenas é alguém que se desenvolve de outro modo.

Para tanto, é necessário que se faça uma breve exposição sobre o contexto mundial que proporcionou a atual evolução que assume uma perspectiva inclusiva na modalidade de ensino. A história da deficiência intelectual acompanha de perto a evolução da conquista e formulação dos “Direitos Humanos”. A humanidade nos comprova que em todas as épocas pessoas nascem com deficiência intelectual e enfrentam dificuldades no convívio social e escolar, devido aos preconceitos. Desde a antiguidade existe a dificuldade em lidar e aceitar as diferenças entre as pessoas, a cada momento histórico os deficientes intelectuais são tratados de maneiras diversas, pois o conceito e os conhecimentos sobre essa deficiência mudam e multiplica-se em toda a história da humanidade. Nesta perspectiva, mostrar-se-á a trajetória da vida da sociedade com pessoas com deficiência intelectual, ao longo do tempo.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais tem de um modo geral, aumentado gradativamente no sistema público brasileiro (Brasil, 2005). Promovendo a reflexão sobre as dificuldades encontradas pelas pessoas com deficiência intelectual, considerando sua maior complexidade principalmente, na organização das práticas pedagógicas para construção da cidadania, onde se elenca os fatores que dificultam ou criam obstáculos ao processo inclusivo.

Diante da pergunta norteadora: Quais os procedimentos que são desenvolvidos com os deficientes intelectuais para o melhor processo de aprendizagem? E do objetivo de analisar as principais metodologias e os procedimentos que os professores utilizam com o deficiente intelectual no processo de aprendizagem, analisa-se, a luz dos teóricos, o papel da família na educação e na inclusão social do deficiente intelectual;

HISTÓRIA

A evolução da educação especial segue segundo paradigmas sociais, que se desenvolvem a partir da concepção humana de sociedade e trabalho, vindoura de cada momento da história.

Segundo Mazzotta (1996), conforme citado em apud RECIFE (2015, p 23), “tais concepções relacionadas às pessoas com deficiência, até o século XVIII, eram basicamente ligadas ao misticismo e ocultismo, não havia base científica para o desenvolvimento de noções realísticas.” Normalmente esses indivíduos eram abandonados à própria sorte e enfrentam dificuldades no convívio social devido aos preconceitos. Desde a antiguidade existe a dificuldade em lidar e aceitar as diferenças entre as pessoas. Essas pessoas mostravam-se dependentes, por esse motivo, eram abandonadas.

Esse afastamento, remota a segregação e a discriminação daqueles que figuram de alguma forma aos padrões estéticos, comportamentais ou de saúde, essa era a visão que a sociedade tinha com relação ao deficiente intelectual.

Durante a revolução industrial a discriminação passou a ser mais presente. Ao defender que não havia espaço para os considerados improdutivos. No nosso país, o reconhecimento da educação especial se deu primeiramente, com a criação do instituto de Meninos Cegos, em 1854, atualmente chamado Instituto Benjamim Constant. Posteriormente, o Instituto de Surdos-Mudos, atualmente conhecido como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), em 1874. Após essas instituições, outras surgiram com o modelo assistemático, e esse tipo de assistência perpetuou-se a partir daí.

Como falado por Recife (2015, p 23), “No tocante às pessoas com deficiência intelectual, a psicóloga e educadora russa Helena Antipoff, organizou a sistematização da educação, por meio da Fundação Sociedade Pestalozzi, atuando na formação profissional deste segmento.”

Em sequência, foi criada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), providenciando o atendimento e colaboração para indivíduos com necessidades especiais, de forma assistencialista, onde, a legislação vem acontecendo para apoiar a educação especial.

É importante ressaltar que a educação especial é apoiada nas legislações, que tem como princípio defender a equidade social, ou seja, a igualdade de oportunidades para todos os indivíduos, independentemente de suas características. Em 2015, foi criada a LBI, também chamada de Estatuto da Pessoa com deficiência. Que traz inovações acerca das leis elaboradas pela jurisprudência.

LEIS DE INCLUSÃO DE DEFICIENTES

O conceito de inclusão surgiu através de movimentos mundiais e tem sua própria história, nos países mais desenvolvidos, abrangendo também países em desenvolvimento.

Segundo o documento da Declaração de Salamanca, “o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. Onde a educação inclusiva fundamentam-se nos direitos humanos reafirmados no art.1, da convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência, com o propósito de “promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais para todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente”(Brasil,2007,p.17).

Uma Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) adotou o texto da Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Como afirma-se no Decreto 6949/09:

a) O pleno desenvolvimento do potencial humano e do senso de dignidade e autoestima, além do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais e pela diversidade humana;

b) O máximo desenvolvimento possível da personalidade e dos talentos e da criatividade das pessoas com deficiência, assim como de suas habilidades físicas e intelectuais;

c) Adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais sejam providenciadas;

d) As pessoas com deficiência recebam o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;

e) Medidas de apoio individualizadas e efetivas sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena.

A conquista do modelo da inclusão escolar foi bastante defendida e solidificada a partir de movimentos de diferentes nacionalidades, da legislação e da elaboração dos planos gerais de educação. Onde a escola inclusiva deve reconhecer e responder às necessidades diversas de seus estudantes, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, usam de recursos e parcerias com as comunidades.

Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao gozo e exercício dos direitos humanos no campo da educação, também considera a deficiência como uma necessidade especial, e valorizar as diferenças e a heterogeneidade como forma de crescimento para todos. (SANTOS, 1993, p.16).

A educação inclusiva tem sido conceituada como um processo de educar conjuntamente e de maneira incondicional, nas classes de ensino regular, estudantes ditos “normais” com estudantes deficientes, se apoiando na afirmação de que a inclusão beneficia a todos; uma vez que, sentimentos de respeito à diferença de cooperação e a solidariedade podem se desenvolver plenamente numa sala de aula. Segundo Fonseca (1989), “se não há nenhuma razão para segregar os seres humanos, à base da idade, sexo, cor da pele e religião, também não deve haver a base da capacidade da aprendizagem”.

Guiando-se nos documentos internacionais, o Ministério da Educação (MEC) estabelece a Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva em 2008. Nela estão determinadas as diretrizes de ação para a concepção de políticas públicas locais e práticas pedagógicas voltadas à inclusão escolar. Uma das principais contribuições dessa medida foi reformular o papel da educação especial por meio do estabelecimento do atendimento educacional especializado (AEE). Ela também foi a grande norteadora da meta 4 do Plano nacional de educação (PNE) estabelecido em 2013. Em 2014, foi promulgado o Plano nacional de educação (PNE), que prevê a universalização do acesso à educação básica e ao AEE para o público-alvo da educação especial até 2024. Em 2015, finalmente, foi aprovada a Lei brasileira de inclusão (LBI), que traz uma série de inovações, como a proibição da negação de matrícula e de cobrança de taxas adicionais em casos de estudantes com deficiência.

Reconhecendo que a deficiência é um conceito em evolução e que a incapacidade resulta na interação entre pessoas com déficit e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas;

De acordo com Vygotsky (2010, p. 65) “Basta mudar o meio social para que se mude incontinenti o comportamento do homem”. Assim sendo, a cultura é responsável pelo processo evolutivo da humanidade, que parte da concepção do homem para uma percepção bem mais complexa que envolve os aspectos sociais, influenciado por ações que determinam a convivência entre os indivíduos e suas regras.

Apresentando todas essas conquistas legais, historicamente construídas, se percebe como esse público cresceu, amadureceu e conquistou espaço, nunca visto. É importante destacar que cabe a educação conscientizar os deficientes desses direitos, para que exerçam efetivamente sua cidadania, por meio de seus responsáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A efetivação de uma prática educacional inclusiva não será garantida por meio de leis, decretos ou portarias que obriguem as escolas a aceitarem os estudantes com deficiências, ou seja, a presença física desses estudantes deficientes nas classes regulares não é garantia de inclusão.

A escola precisa estar preparada para trabalhar com os estudantes independentemente de suas diferenças ou características individuais.

Somente a partir da transformação dos sistemas educacionais, da redefinição dos conceitos, atitudes e práticas poderão ser construídas redes de relações de promoção da participação, e do incentivo a construção coletiva da identidade escolar e da valorização da diversidade no contexto educacional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. L. J. A pessoa com deficiência em Portugal e Brasil: desafios para ações em saúde. *Hygía*, v. 2, n. 3, p. 47-56, 2011.

_____. Fundamentos de educação especial. 2 Ed. São Paulo: Pioneira, 2005.

MONTOAN, Maria Teresa. Compreendendo a deficiência Mental, novos caminhos Educacionais. Rio de Janeiro. Ed. Scipione, 1992.

PAGANELLI, Raquel. Eleição. 2018: Como fica a educação das crianças com deficiência? 2018.

RECIFE, Secretaria de Educação, Educação Inclusiva: múltiplos olhares / in: BARROS, J M L B; SOUZA, K M. Política de ensino da rede municipal do Recife. v.5, p. 23, 2015.

SASSAKI, Romeu Kazumi. O direito à educação inclusiva, segundo a ONU, 2013.

SANTOS, Martinha Clarete Dutra. Marcos legais da educação infantil inclusiva, 2016.

EQUIPE DIVERSA, Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência e inclusão escolar no Brasil, 2018.

<https://www.educabrasil.com.br/declaracao-de-salamanca/>